



MUNICÍPIO DE CUBA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 4
24-11-2021

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a quarta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Maria Julieta Zambujeiro Burriga Caniço, Filipe Domingos Candeias Chora, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Jorge Manuel Rolim Caixeiro. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às catorze horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2021: € 526
316,89. -----

1. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO. CRIAÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL – EIVL. CONVITE FORMAL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE MEMBRO DA EIVL NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DA CLÁUSULA 5.ª DO PROTOCOLO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 96/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, dando conta de que, no âmbito do processo de Constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local - EIVL, a Dr.ª Maria José Vieira alegando motivos de ordem pessoal e profissional declinou o convite que lhe havia sido endereçado para integrar a referida equipa. Desta forma deverá a Câmara proceder ao convite a outra personalidade para membro da EIVL, nos termos da alínea d) do n.º 2 da Clausula Quinta do Protocolo. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou endereçar convite à Professora Helena Sofia Pereira Ferreira Lança. - -----

2. SÉRGIO MANUEL VICENTE GUERREIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA ANTÓNIO LUÍS FIALHO, N.º 9, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Sérgio Manuel Vicente Guerreiro, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em prestações mensais no valor de € 20,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 68/2021, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

[Handwritten signature and initials]

3. ANA MARIA LUCAS PICADO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA 25 DE ABRIL, N.º 17, EM VILA RUIVA. -----

Solicita a Sr.ª Ana Maria Lucas Picado, consumidora de água na morada indicada, sendo titular do contrato o Sr. José Manuel Gonçalves Fragoso, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em prestações mensais no valor de € 30,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 69/2021, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

4. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. -----

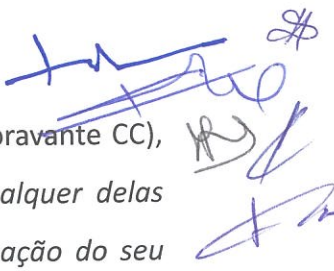
Foi presente à Câmara a Informação n.º 70/2021 do Serviço de Apoio Jurídico e de Auditoria Interna, cujo teor se transcreve: -----

“Foi-nos solicitado pela Chefe da UAF apoio jurídico no sentido de averiguar a possibilidade de compensação de créditos e débitos que o Município tem relativamente a algumas entidades. -----

Quid iuris? -----

De harmonia com o n.º 2 do art.º 11.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, doravante RGT), na sua redação atual, “*As taxas das autarquias locais podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público*”. -----

O art.º 3.º desta lei define taxas das autarquias locais como “*(...) tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei*”. -----



Sobre a compensação estabelece o n.º 1 do art.º 847.º do Código Civil (doravante CC), que *“Quando duas pessoas sejam reciprocamente credor e devedor, qualquer delas pode livrar-se da sua obrigação por meio de compensação com a obrigação do seu credor, verificados os seguintes requisitos: a) Ser o seu crédito exigível judicialmente e não proceder contra ele exceção, perentória ou dilatória, de direito material; b) Terem as duas obrigações por objeto coisas fungíveis da mesma espécie e qualidade.”* A compensação torna-se efetiva mediante declaração de uma das partes à outra (vide n.º 1 do art.º 848.º do CC). -----

Atente-se, porém, que conforme determina a alínea c) do n.º 1 do art.º 853.º do CC, *“Não podem extinguir-se por compensação (...) Os créditos do Estado ou de outras pessoas coletivas públicas, exceto quando a lei o autorize”*. -----

Relativamente aos tributos autárquicos, e de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 40.º da Lei Geral Tributária (doravante LGT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua redação atual), aplicável por força do disposto na alínea b) do art.º 2.º da RGT, é admitida a compensação como forma de extinção, nos casos expressamente previstos na lei. -----

É, pois, inegável que o legislador veio prever expressamente a possibilidade de as taxas cobradas pelas autarquias locais, poderem ser pagas mediante compensação, quando tal seja compatível com o interesse público. -----

O próprio Regulamento Municipal de Taxas e Preços estabelece no n.º 2 do seu art.º 11.º que *“As taxas podem ainda ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público”*. -----

Ora o interesse público aqui subjacente consiste no ressarcimento do Município pelos créditos que detêm relativamente a determinadas entidades. -----

Havendo possibilidade de compensar os créditos que o Município tem com os débitos a essas entidades, agilizando assim um processo que se poderia tornar muito moroso por efeito de execução fiscal, é inegável o interesse público derivado desta compensação. -----

Vejam os quadros dos créditos e débitos do Município: -----

Nome	Crédito do Município	Débito do Município

José Sequeira Batista, Unipessoal, Lda	680,91 €	384,66 €
Francisca Antónia Galinha Janeiro	5.174,06 €	283,00 €

Verifica-se que os valores devidos pelo Município são muito inferiores aos valores que lhe são devidos pelas entidades identificadas. -----

Sobre esta matéria estipula o n.º 2 do art.º 847.º do CC que *“Se as duas dívidas não forem de igual montante, pode dar-se a compensação na parte correspondente”*. -----

Assim, a operar a compensação dos créditos (a apurar na data da efetiva compensação) e débitos assinalados, nas partes correspondentes, o Município ainda ficará credor dos valores remanescentes, relativamente aos quais deve dar andamento aos respetivos processos de execução fiscal para se ver ressarcido dos mesmos. -----

Pelo exposto, atento o interesse público na compensação dos créditos e débitos indicados, deve V. Ex.ª no âmbito da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 1 do art.º 848.º do CC, declarar a compensação dos respetivos créditos-débitos às partes a seguir identificadas: -----

1) José Sequeira Batista, Unipessoal, Lda, declarar a compensação do crédito do Município no valor de 680,91 € sobre o seu débito no valor de 384,66 €, ficando o remanescente em débito – 296,25 € - para com o Município de Cuba; -----

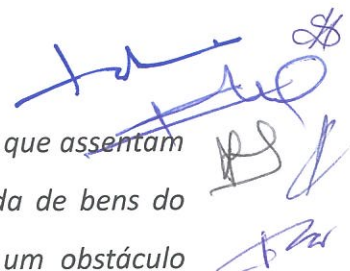
2) Francisca Antónia Galinha Janeiro, declarar a compensação do crédito do Município no valor de 5.174,06 € sobre o seu débito no valor de 283,00 €, ficando o remanescente em débito – 4.891,06 € - para com o Município de Cuba.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na presente informação. -----

5. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E DÉBITOS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 71/2021, do Serviço de Apoio Jurídico e de Auditoria Interna, cujo teor se transcreve: -----

“De harmonia com o n.º 2 do art.º 11.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, doravante RGT), na sua redação atual, *“As taxas das autarquias locais podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público”*. -----



O art.º 3.º desta lei define taxas das autarquias locais como “(...) tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei”. -----

Sobre a compensação estabelece o n.º 1 do art.º 847.º do Código Civil (doravante CC), que “Quando duas pessoas sejam reciprocamente credor e devedor, qualquer delas pode livrar-se da sua obrigação por meio de compensação com a obrigação do seu credor, verificados os seguintes requisitos: a) Ser o seu crédito exigível judicialmente e não proceder contra ele exceção, perentória ou dilatória, de direito material; b) Terem as duas obrigações por objeto coisas fungíveis da mesma espécie e qualidade.” -----

A compensação torna-se efetiva mediante declaração de uma das partes à outra (vide n.º 1 do art.º 848.º do CC). -----

Atente-se, porém, que conforme determina a alínea c) do n.º 1 do art.º 853.º do CC, “Não podem extinguir-se por compensação (...) Os créditos do Estado ou de outras pessoas coletivas públicas, exceto quando a lei o autorize”. -----

Relativamente aos tributos autárquicos, e de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 40.º da Lei Geral Tributária (doravante LGT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua redação atual), aplicável por força do disposto na alínea b) do art.º 2.º da RGT, é admitida a compensação como forma de extinção, nos casos expressamente previstos na lei. -----

É, pois, inegável que o legislador veio prever expressamente a possibilidade de as taxas cobradas pelas autarquias locais, poderem ser pagas mediante compensação, quando tal seja compatível com o interesse público. -----

O próprio Regulamento Municipal de Taxas e Preços estabelece no n.º 2 do seu art.º 11.º que “As taxas podem ainda ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público”. -----

Ora o interesse público aqui subjacente consiste no ressarcimento do Município pelos créditos que detêm relativamente a determinadas entidades. -----

Havendo possibilidade de compensar os créditos que o Município tem com os débitos a essas entidades, agilizando assim um processo que se poderia tornar muito moroso por efeito de processos executivos, é inegável o interesse público resultante da

compensação. -----

Sobre esta matéria estipula o n.º 2 do art.º 847.º do CC que *“Se as duas dívidas não forem de igual montante, pode dar-se a compensação na parte correspondente”*. -----

Tem sido frequente a Câmara Municipal, no âmbito da sua competência em matéria de gestão dos serviços municipais, vertida na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberar a compensação de créditos e débitos do e ao Município. Esta competência pode ser delegada no presidente da câmara, com faculdade de subdelegação em qualquer vereador (vide n.º 1 do art.º 34.º da citada lei). -----

Porém, este é um processo que ocorre com frequência e que atenta a quinzenalidade das reuniões ordinárias do órgão executivo nem sempre é tratado com a devida celeridade. -----

Pelo exposto, atendendo aos princípios da eficiência, eficácia e economia que regem a atividade administrativa e ao interesse público na compensação dos créditos e débitos, bem como à possibilidade de delegação da aludida competência da câmara municipal, proponho que V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere delegar-lhe a competência para declarar a compensação dos créditos-débitos que venham a ocorrer. A Câmara, por unanimidade, deliberou delegar no presidente do órgão a competência para declarar a compensação de créditos-débitos que venham a ocorrer. -----

6. PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E/OU REVOGAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 67/2021 do Serviço de Apoio Jurídico e de Auditoria Interna, cujo teor se transcreve: -----

“Para efeitos do exercício das suas atribuições e competências e fazendo uso do poder regulamentar constitucionalmente consignado no art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa (*“As autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar”*), o Município de Cuba tem elaborado regulamentos nas suas diversas e diversificadas áreas de atuação. -----

Porém, a massiva produção legislativa, traduzida na criação de novos regimes, na alteração ou revogação dos existentes, com máximo expoente no regime de transferência de competências para os Municípios, tem provocado uma desatualização (e até por vezes desadequação) dos regulamentos municipais vigentes, o que carece de urgente regularização. -----

Elencam-se, a seguir, os regulamentos vigentes no Município e que carecem de ser trabalhados: -----

1) Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos para os alunos do Ensino pré-escolar e 1.º ciclo do Ensino Básico – deve ser adaptado às alterações introduzidas pela transferência de competências – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01 (com as alterações do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12/08) – art.º 33.º a 41.º, conjugado com a Lei n.º 46/86, de 14/10, na sua redação atual, e com al. d) n.º 1 do art.º 3.º e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12/08; -----

2) Regulamento de Apoios Sociais, Regulamento de Habitações Sociais, Regulamento do Programa de Emergência Social, Regulamento Municipal SOS – Cuba Repara – deve proceder-se à sua adaptação às alterações introduzidas pela transferência de competências – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12/08, Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14/06, na redação atual, Lei n.º 4/2007, de 14/01, na sua redação atual, e Portarias n.ºs 63, 64, 65 e 66/2021, de 17/03; -----

3) Regulamento Municipal do Regime de Exercício de Atividades previstas no Decreto-Lei nº 310/2002, de 18 de dezembro – deve ser atualizado em função das alterações legislativas entretanto ocorridas – Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30/06, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17/01, Decreto-Lei n.º 114/2008, de 01/07, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01/04, Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29/08, Lei n.º 75/2013, de 12/09, Decreto-Lei n.º 51/2015, de 13/04, Lei n.º 105/2015, de 25/08 e Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13/10; -----

4) Regulamento sobre Estabelecimentos de Alojamento Local – Atualização em função das alterações legislativas – Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29/08, Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23/04, Lei n.º 62/2018, 22/08, art.º 347.º da Lei n.º 71/2018, de 3/12, Portaria n.º 262/2020, de 6/11, e Portaria n.º 248/2021, de 29/06; -----

5) Regulamento Municipal dos Requisitos de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem – deve ser feita uma atualização em função das

alterações legislativas* - Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29/08, Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23/04, e Lei n.º 62/2018, 22/08; -----

6) Regulamento sobre Posse, Circulação, Detenção e Alojamento de Animais no Município de Cuba – deve adequar-se às alterações legislativas ocorridas, designadamente as decorrentes das transferências em matéria de saúde animal – Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de Janeiro (este diploma foi revogado pela Resolução da Assembleia da República n.º 138/2019, de 08 de Agosto), Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17/12, na redação atual, Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29/10, na redação atual, Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17/10, na redação atual, e Decreto-Lei n.º 82/2019, de 27/06; -----

7) Código de Posturas e Regulamentos Municipais – este código converge num único diploma diversos regulamentos, os quais devem ser atualizados em função das alterações legislativas ocorridas São eles:

a) Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação da Via Pública – deve ser revogado, pois existe um novo regulamento; -----

b) Regulamento Municipal da Atividade Publicitária – deve ser revogado, pois em 20/03/2014 entrou em vigor o **Regulamento de Ocupação do Espaço Público, de Publicidade e Propaganda do Município de Cuba**, que concretizou o regime previsto no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01/04, na redação atual; mas como este decreto-lei sofreu alterações em 2015, convém verificar se existe necessidade de alterá-lo de forma a conformá-lo com essas alterações; -----

c) Regulamento do Pavilhão Multiusos da Mata – uma vez que este regulamento tem já mais de 20 anos será o momento oportuno para lhe introduzir as alterações que se entendam convenientes; -----

d) Regulamento dos Campos de Ténis e do Campo de Jogos Dr. Amado Aguiar - este regulamento também já tem mais de 20 anos, motivo pelo qual será oportuno para lhe introduzir as alterações que se entendam adequadas e necessárias; -----

e) Regulamento das Piscinas Municipais - este regulamento também já tem mais de 20 anos, motivo pelo qual será oportuno para lhe introduzir as alterações que se entendam adequadas e necessárias; -----

f) Regulamento da Biblioteca Municipal - deve ser revogado, pois em 26/01/2012 entrou em vigor um novo regulamento da Biblioteca Municipal. Quanto a este

regulamento convirá verificar se existe necessidade de lhe introduzir algumas alterações e/ou melhoramentos; -----

g) Regulamento do Centro Cultural Fialho de Almeida – outro regulamento com mais de 20 anos, que convirá adaptar à realidade atual; -----

h) Atividade comercial em geral – deve ser revogado e elaborado um novo regulamento de acordo com as normas constantes do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01; -----

i) Regulamento da Venda Ambulante - deve ser revogado, pois o seu regime consta atualmente do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01; -----

j) Regulamento da Atividade Comercial em Feiras e Mercados – deve ser revogado, porque em 2011 foi aprovado o Regulamento Municipal de Feiras do Concelho de Cuba, que se mantém atualmente vigente. Este regulamento foi aprovado ao abrigo do regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de março. Contudo, Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01, veio revogar o anterior decreto-lei, o que determina a necessidade de dotar o Município de um novo regulamento de feiras; -----

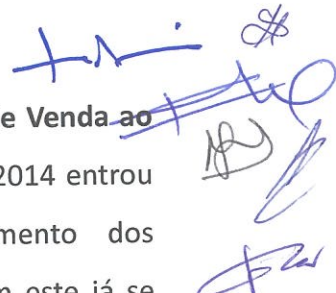
k) Regulamento do Mercado Municipal – revogar, existe necessidade de adaptação desta matéria ao disposto no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01; -----

l) Regulamento da atividade industrial – revogar porque em 08/07/2014 entrou em vigor o Regulamento do Sistema de Industria Responsável (SIR), nos termos definidos pela Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto. Porém, atendendo às alterações que este decreto-lei sofreu (Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05/11, Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11/05, Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11/06, Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01 e Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29/01), convém, a elas conformá-lo; -----

m) Regulamento sobre Estabelecimentos Hoteleiros – deve ser revogado e elaborado um novo regulamento, porque o regime legal destes estabelecimentos sofreu diversas alterações, estando previsto no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07/03, na redação atual;

n) Regulamento sobre Estabelecimentos de Restauração e Bebidas - deve ser revogado e elaborado um novo regulamento, porque o regime legal destes estabelecimentos está atualmente previsto no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01; -----

o) Regulamento sobre Estabelecimentos de Hospedagem - deve ser revogado e elaborado um novo regulamento, porque o seu regime legal consta atualmente do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07/03, na redação atual; -----

- 
- p) **Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços** – deve ser revogado, porque em 20/03/2014 entrou em vigor o Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, porém, também este já se encontra desatualizado em virtude das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01; -----
- q) **Regulamento Municipal de Vistorias e Inspeções** - este regulamento também com mais de 20 anos, convém ser revisto; -----
- r) **Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais** – deve ser revogado porque já existem dois atualizados - o Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba e o Regulamento municipal do serviço de saneamento de águas residuais urbanas do concelho de Cuba – vigentes desde 01/08/2012; -----
- s) **Postura sanitária** - esta postura com mais de 20 anos, também deve ser revista e atualizada; -----
- t) **Regulamento dos resíduos sólidos** – revogar porque já existe um atualizado - Regulamento municipal do serviço de gestão de resíduos urbanos do concelho de Cuba – vigente desde 01/08/2012; -----
- u) **Regulamento dos parques e jardins municipais** - este regulamento com mais de 20 anos, também deve ser revisto e atualizado; -----
- v) **Regulamento do Cemitério Municipal de Cuba** – quanto a este, porque o “direito mortuário” não é suscetível a muitas alterações, talvez devam ser clarificadas algumas questões; -----
- x) **Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos** – deve ser atualizado em função das alterações efetuadas nesta matéria; -----
- w) **Regulamento de Cedência de Autocarros Municipais e Veículos de Transporte de Passageiros** - deve ser revisto e atualizado e eventualmente reunido num único regulamento todas as normas sobre esta matéria que se encontram dispersas por diversos protocolos e contratos de cedência; -----
- y) **Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos** – deve atender-se às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16/12, Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18/12, Decreto-

Lei n.º 268/2009, de 29/09 e Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14/02, todos nas suas redações atuais; -----

z) Regulamento Municipal de Fiscalização – atualizar de acordo com o regulamento interno da estrutura orgânica; -----

aa) Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo para Cursos do Ensino Superior – Revogar porque já existe um atualizado; -----

bb) Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e Tarifas – Revogar porque já existe um atualizado; -----

cc) Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança da Taxa pela Exploração de Inertes – revogar, porque os municípios já não podem cobrar estas taxas; -----

dd) Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; -----

ee) Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro – revogar e integrar esta matéria no regulamento de controlo interno; -----

8) Regulamento de Controlo Interno do POCAL – deve ser atualizado de acordo com POCAL e SNC-AP e estrutura orgânica da Câmara Municipal; -----

9) Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis de Transporte de Passageiros (TÁXIS) – não carece de ser alterado; -----

10) Regulamento Municipal de Fogueiras, Queimadas e Fogo-de-Artifício – Atualizar de acordo com o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13/10, que entra em vigor a 01/01/2022;

11) Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Atualizar de acordo com as alterações feitas ao DL 555/99, de 16/12. -----

Convém, agora, esclarecer o regime de elaboração/alteração/revogação dos regulamentos municipais. -----

Sobre o procedimento de elaboração e aprovação de regulamento municipais estatuem os seguintes normativos: -----

1) Alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: *“Compete à câmara municipal (...) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município (...);* -----

2) Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual: -----

a) N.º 1 do art.º 98.º: *“O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o*

procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.”; -----

b) **Art.º 99.º:** “Os regulamentos são aprovados com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.”; -----

c) **Art.º 100.º:** “1. Tratando-se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o responsável pela direção do procedimento submete o projeto de regulamento por prazo razoável, mas não inferior a 30 dias, a audiência dos interessados que como tal se tenham constituído no procedimento. 2. A audiência dos interessados pode ser escrita ou oral e processa-se, salvo quanto aos prazos, nos termos dos artigos 122.º e 123.º. 3. O responsável pela direção do procedimento pode não proceder à audiência quando: a) A emissão do regulamento seja urgente; b) Seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade do regulamento; c) O número de interessados seja de tal forma elevado que a audiência se torne incompatível, devendo nesse caso proceder-se a consulta pública; d) Os interessados já se tenham pronunciado no procedimento sobre as questões que importam à decisão. 4. Nas situações previstas no número anterior, a decisão final deve indicar os fundamentos da não realização da audiência. 5. A realização da audiência suspende a contagem dos prazos do procedimento administrativo.” -----

d) **Art.º 101.º:** “1. No caso previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo anterior ou quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão. 2. Os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento. 3. No preâmbulo do regulamento, é feita menção de que o respetivo projeto foi objeto de consulta pública, quando tenha sido o caso.”; -----

e) **Art.º 135.º:** “Para efeitos do disposto no presente Código, consideram-se

regulamentos administrativos as normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos.”; -----

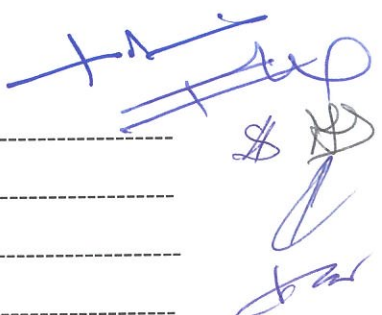
f) **Art.º 136.º:** “1. A emissão de regulamentos depende sempre de lei habilitante. 2. Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou, no caso de regulamentos independentes, as leis que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão. 3. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se independentes os regulamentos que visam introduzir uma disciplina jurídica inovadora no âmbito das atribuições das entidades que os emitam. 4. Embora não tenham natureza regulamentar para efeitos do disposto no presente capítulo, carecem de lei habilitante quaisquer comunicações dos órgãos da Administração Pública que enunciem de modo orientador padrões de conduta na vida em sociedade com, entre outras, as denominações de «diretiva», «recomendação», «instruções», «código de conduta» ou «manual de boas práticas.”; -----

g) **Art.º 139.º:** “A produção de efeitos do regulamento depende da respetiva publicação, a fazer no Diário da República, sem prejuízo de tal publicação poder ser feita também na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa.”; -----

h) **Art.º 140.º:** “Os regulamentos entram em vigor na data neles estabelecida ou no quinto dia após a sua publicação.” -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Senhor Presidente, no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, remeter o presente assunto para que o órgão executivo delibere: -----

- 1) Determinar o início dos procedimentos de alteração dos Regulamentos conforme enunciado nos n.ºs 1 a 11, procedendo-se, posteriormente, à publicitação desta deliberação no sítio institucional do Município, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento, quando for o caso; -----
- 2) Revogar os regulamentos a seguir indicados, constantes do Código de Posturas e Regulamentos do Município de Cuba, publicado no Apêndice n.º 57, da II Série, n.º 108, do Diário da República, de 10 de maio de 2001, através do Aviso n.º 3833/2001:

- 
- a) Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação da Via Pública; -----
- b) Regulamento Municipal da Atividade Publicitária; -----
- c) Regulamento da Biblioteca Municipal; -----
- d) Atividade comercial em geral; -----
- e) Regulamento da Venda Ambulante; -----
- f) Regulamento da Atividade Comercial em Feiras e Mercados; -----
- g) Regulamento do Mercado Municipal; -----
- h) Regulamento da atividade industrial; -----
- i) Regulamento sobre Estabelecimentos Hoteleiros; -----
- j) Regulamento sobre Estabelecimentos de Restauração e Bebidas; -----
- k) Regulamento sobre Estabelecimentos de Hospedagem; -----
- l) Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços; -----
- m) Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais; -----
- n) Regulamento dos resíduos sólidos; -----
- o) Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo para Cursos do Ensino Superior; -----
- p) Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e Tarifas; -----
- q) Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança da Taxa pela Exploração de Inertes; -----
- r) Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro. -----
- s) Regulamento da Casa Museu Fialho de Almeida. -----
- 3) Determinar que sejam constituídos grupos de trabalho para proceder às alterações devidas aos regulamentos. -----
- A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder em conformidade com a proposta vertida na presente informação. -----
-

7. ALDEAMENTO TURÍSTICO – HERDADE DO GIZO - PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO EM 2007 PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA QUE LEGITIMAVA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INDIVIDUAIS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. CADUCIDADE DOS CONTRATOS INDIVIDUAIS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA DENTRO DO ALDEAMENTO TURÍSTICO. CONCENTRAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONTADOR TOTALIZADOR E NO CONTRATO COM A ADMINISTRAÇÃO DO ALDEAMENTO TURÍSTICO, A QUEM INCUMBIRÁ EFETUAR A GESTÃO INTERNA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 54/2021, do Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, cujo teor se transcreve: -----

"A título preliminar, e uma vez que estamos perante um órgão executivo que acabou de tomar posse no passado mês de outubro, será oportuno efetuar uma pequena resenha histórica para que se compreenda os factos e posteriormente o direito que lhe é aplicável. -----

1.º - A Herdade do Gizo é um Aldeamento Turístico de 4 Estrelas, que tem a sua sustentação urbanística no Alvará de Licença de Utilização Turística n.º 01/2006, emitida pelo Município de Cuba em 19 de maio de 2006. Vide doc. n.º 1 -----

1.1.º - Esse Alvará foi emitido em resultado da aprovação, a título provisório, da classificação da unidade como Aldeamento Turístico com a categoria de quatro estrelas e com a capacidade máxima provisória fixada em 100 camas fixas, por despacho da Subdiretora-Geral do Turismo datado de 03.10.2005, tendo essa classificação passado a definitiva, já com capacidade máxima de 148 camas, distribuídas por 26 unidades de alojamento, mediante despacho da Sr.ª Diretora Coordenadora da Qualificação da Oferta, datado de 21.07.2009. Vide doc. n.º 2 -----

1.2.º – Para melhor compreendermos a tipologia turística em que está assente o aldeamento Turístico do Gizo será oportuno trazermos à colação o Decreto Regulamentar n.º 34/97, de 17 de setembro, na sua redação atual, chamando a especial atenção para os artigos 1.º, 2.º e 27.º n.ºs 1,2 e 8, que em baixo transcrevemos: -----

Artigo 1.º

Tipos

Os meios complementares de alojamento turístico classificam-se nos seguintes tipos:

- a) Aldeamentos turísticos;*
- b) Apartamentos turísticos;*
- c) Moradias turísticas.*

Artigo 2.º

Aldeamentos turísticos

São aldeamentos turísticos os estabelecimentos de alojamento turístico constituídos por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitetónica homogénea, situadas num espaço delimitado e sem soluções de continuidade, que se destinem a proporcionar, mediante remuneração, alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas.

Artigo 27.º

Afetação à exploração turística

1 - Nos aldeamentos turísticos, pelo menos 50% das unidades de alojamento devem ser afetas à exploração turística do empreendimento.

2 - A venda, o arrendamento, o direito de uso e habitação ou qualquer outra forma de transmissão da propriedade de uma fração autónoma afeta à exploração turística estão sujeitos a autorização da Direção-Geral do Turismo, sob pena de nulidade do respetivo negócio jurídico.

...

8 - As unidades de alojamento não se consideram retiradas da exploração turística pelo facto de ter sido reservado aos respetivos proprietários o direito de as utilizarem em proveito próprio por um período não superior a 90 dias em cada ano, nos termos estabelecidos em contrato celebrado entre estes e a entidade exploradora do aldeamento turístico.

1.2.1.º - Regista-se pois que o empreendimento em causa, conforme Alvará de Licença de Utilização Turística, enquadra-se no art.º 2.º e no art.º 27.º do Decreto Regulamentar supracitado, apenas estando na bolsa do Turismo 50% das frações, e mesmo essas durante 90 dias poderão estar à disposição exclusiva dos seus proprietários. -----

Enquadrados com o modelo urbanístico que sustenta o Aldeamento Turístico, centremo-nos pois na razão principal da presente informação, ou seja, a metodologia de gestão do consumo de água, águas residuais e resíduos sólidos urbanos dentro do aldeamento turístico das diversas frações que estejam, ou não, na bolsa de turismo. ----

Em 2007, num contexto temporal em que o enquadramento legal e regulamentar era distinto do atual, após aprovação em reunião de Câmara foi aprovado entre a entidade Gestora do Aldeamento Turístico e a Câmara Municipal de Cuba um protocolo, vide doc. n.º 3, que legitimava a celebração de contratos individuais de abastecimento de água com a autarquia para os titulares de frações que não estavam na bolsa de turismo e eram utilizadas apenas pelos respetivos proprietários, desde que os mesmo aderissem a um conjunto de cláusulas específicas conforme minuta que conta no doc. n.º 3. -----

Em síntese, existia uma contagem do contador totalizador e uma contagem individual de cada um dos contadores parciais/individuais, cabendo aos particulares assumirem perante a Câmara os seus consumos e a Administração no aldeamento o remanescente da água que fosse contabilizada no contador totalizador. -----

Esse processo correu com alguma naturalidade até ao ano de 2015, data em que o nosso Leitor Cobrador começou a denotar diferenças consideráveis entre o contador totalizador e a soma dos contador individuais, sendo esta última muito superior à do contador totalizador, logo estava a ser consumida água que não passava pelo contador totalizador, ou então este último estaria a fazer contagens erradas por anomalia no equipamento. Vide doc. n.º 4. -----

Não obstante várias diligências nesse sentido, não se chegou a uma conclusão inquestionável. -----

Ocorre que, sendo consumida água que não passa pelo contador totalizador não é possível assegurar a qualidade da mesma no consumidor final, que até pode estar em completo cumprimento dos parâmetros definidos pelas entidades competentes. -----

Acresce que a rede de águas dentro do Aldeamento é privada, não foi construída pela autarquia, nem cabe a esta última a sua manutenção, porquanto nunca houve a sua inclusão na rede pública, nem pode existir porque se trata de um aldeamento turístico em que incumbe à Administração efetuar essa gestão. -----

Mais, em face daquelas que são as normas legais e regulamentares no ano de 2021 não pode, não deve a Câmara manter em vigor tal protocolo porque colide com exigências da ERSAR à Autarquia que estando dependente de terceiros, não poderemos assegurar.

Neste contexto, após reunião com representantes do empreendimento, que teve lugar no passado dia 17 de novembro, chegámos à conclusão que o protocolo, acordo entre as partes, que aqui deve ser equiparado a um contrato, deveria ser resolvido, por não existirem condições legais em função dos normativos legais e Regulamentar em vigor em 2021. -----

A Resolução que agora se propõe tem o seu enquadramento legal nos artigos a 434.º do Código Civil, que em baixo se transcrevem: -----

Resolução do contrato

Artigo 432.º

(Casos em que é admitida)

1. *É admitida a resolução do contrato fundada na lei ou em convenção.*
2. *A parte, porém, que, por circunstâncias não imputáveis ao outro contraente, não estiver em condições de restituir o que houver recebido não tem o direito de resolver o contrato.*

Artigo 433.º

(Efeitos entre as partes)

Na falta de disposição especial, a resolução é equiparada, quanto aos seus efeitos, à nulidade ou anulabilidade do negócio jurídico, com ressalva do disposto nos artigos seguintes.

Artigo 434.º

(Retroatividade)

1. *A resolução tem efeito retroativo, salvo se a retroatividade contrariar a vontade das partes ou a finalidade da resolução.*
2. *Nos contratos de execução continuada ou periódica, a resolução não abrange as prestações já efetuadas, exceto se entre estas e a causa da resolução existir um vínculo que legitime a resolução de todas elas.*

No âmbito da reunião entre as partes, que contou com a presença do Vice-Presidente, do Eng.º Góis Pereira e de mim próprio, mais na qualidade de Jurista que de Chefe da UAJDCS, se é que essas funções podem ser dissociadas, apresentaram-se ainda as seguintes propostas: -----

- a) – Que a resolução do protocolo/contrato agora a deliberar não terá efeitos retroativos, produzindo eficácia concreta a partir de 01 de dezembro de 2021; -----
- b) – Que, em função da Resolução do Protocolo, e porque todos os contratos individuais estão dependentes e conexos com o mesmo, os mesmos cessarão por caducidade, também com efeitos a 01 de dezembro; -----
- c) – A partir de 01 de dezembro existirá apenas um único contrato com as medições efetuadas no contador totalizador, sendo partes o Município de Cuba e a Administração do empreendimento, a quem incumbirá posteriormente repartir os custos pelos diversos utilizadores; -----
- d) – Que assiste a faculdade da Administração do Empreendimento nos comunicar se

quer ficar para si com os contadores individuais usados por forma a continuar a ser exequível a repartição dos custos em função dos consumos de cada morador, situação que ficará condicionada ao pagamento de uma verba de 30€ por contador, valor que foi calculado tendo em conta um contador novo, que com IVA incluído rondará os 80€; e) – Atento o facto do nosso Regulamento de Gestão Águas Residuais determinar no seu art.º 17.º n.º 1, alínea a) o seguinte : -----

Artigo 17.º

Dispensa de ligação

1 - Estão isentos da obrigatoriedade de ligação ao sistema público de saneamento:

a) Os edifícios que disponham de sistemas próprios de saneamento devidamente licenciados, nos termos da legislação aplicável, designadamente unidades industriais;

e.1) – A Câmara, a exemplo do que já vinha acontecendo até aqui, não imputará à fatura qualquer taxa inerente às águas residuais, uma vez que o empreendimento dispõe de ETAR licenciada e os custos de aquisição, e manutenção incumbem ao proprietário, pelo que apenas serão faturadas taxas relacionadas com o abastecimento de água e com a recolha de resíduos sólidos urbanos; -----

f) – Como mecanismo de cooperação, o Município de Cuba, com a anuência da Administração e dos proprietários das frações, aquando das recolhas periódicas para amostra de qualidade da água por parte da entidade que nos presta tal serviço, passaremos a incluir mais dois pontos de recolha em frações do Empreendimento, cabendo à Administração em cada recolha indicar qual; -----

f.1) – Essas amostras serão emitidas em documento separado para, aquando da sua receção por parte da autarquia, poder ser disponibilizado de imediato o resultado à Administração do Aldeamento, podendo esta última contar com a colaboração dos técnicos do Município para ajudar a clarificar a metodologia de leitura do documento e propor como agir em função dos resultados obtidos; -----

g) – Para facilitar a cobrança por cada uma das frações por parte da Administração do Aldeamento a Câmara entrega cópia do tarifário em vigor na autarquia, ficando com o ónus de em janeiro de cada ano, mediante carta registada com aviso de receção remeter o novo tarifário a vigorar nesse ano. Vide doc. n.º 5 -----

h) – Para que não persistam quaisquer dúvidas sobre o regular funcionamento do Contador Totalizador proceder à sua substituição por um novo sem qualquer tipo de uso prévio, com o mesmo calibre do existente. -----

i) – Aquilo que vier a ser deliberado na RC de 24 de novembro de 2021, será comunicado quer à Administração do Aldeamento, quer aos proprietários de frações com contrato de abastecimento de água com a autarquia, no mais curto espaço de tempo possível, para a 01 de dezembro a nova forma de atuação ser conhecida de todos os envolvidos. -----

A Câmara, por maioria, tendo o Sr. Presidente da Câmara pedido escusa ao abrigo do art.º 73.º CPA, uma vez que pode ser suscitada a questão de ter interesse direto no sentido da deliberação e com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou:

1.º - Tomar conhecimento formal do teor da presente informação; -----

2.º – Pelos motivos expostos na informação, ao abrigo do art.º 432.º do Código Civil, resolver o protocolo entre o Município de Cuba e a Administração do Empreendimento celebrado em agosto de 2007 para abastecimento de água aos titulares de frações autónomas, sem efeitos retroativos, produzindo eficácia concreta a partir de 01 de dezembro de 2021; -----

3.º – Que, em função da Resolução do Protocolo, e porque todos os contratos individuais estão dependentes e conexos com o mesmo, os mesmos cessarão por caducidade, também com efeitos a 01 de dezembro, inclusive; -----

4.º – A partir de 01 de dezembro existirá apenas um único contrato com as medições efetuadas no contador totalizador, sendo partes o Município de Cuba e a Administração do empreendimento, a quem incumbirá posteriormente repartir os custos pelos diversos utilizadores; -----

5.º – Que assiste a faculdade da Administração do Empreendimento nos comunicar se quer ficar para si com os contadores individuais usados por forma a continuar a ser exequível a repartição dos custos em função dos consumos de cada morador, situação que ficará condicionada ao pagamento de uma verba de 30€ por contador, valor que foi calculado tendo em conta um contador novo, que com IVA incluído rondará os 80 €;

5.1.º – Atento o facto do nosso Regulamento de Gestão Águas Residuais determinar no seu art.º 17.º n.º 1, alínea a) o seguinte -----

Artigo 17.º
Dispensa de ligação

1 - Estão isentos da obrigatoriedade de ligação ao sistema público de saneamento:

a) Os edifícios que disponham de sistemas próprios de saneamento devidamente licenciados, nos termos da legislação aplicável, designadamente unidades industriais;

5.2.º – A Câmara, a exemplo do que já vinha acontecendo até aqui, não imputará à fatura qualquer taxa inerente às águas residuais, uma vez que o empreendimento dispõe de ETAR licenciada e os custos de aquisição, e manutenção incumbem ao proprietário, pelo que apenas serão faturadas taxas relacionadas com o abastecimento de água e com a recolha de resíduos sólidos urbanos; -----

6.º – Como mecanismo de cooperação, o Município de Cuba, com a anuência da Administração e dos proprietários das frações, aquando das recolhas periódicas para amostra de qualidade da água por parte da entidade que nos presta tal serviço, passaremos a incluir mais dois pontos de recolha em frações do Empreendimento, cabendo à Administração em cada recolha indicar qual; -----

6.1.º – Essas amostras serão emitidas em documento separado para, aquando da sua receção por parte da autarquia, poder ser disponibilizado de imediato o resultado à Administração do Aldeamento, podendo esta última contar com a colaboração dos técnicos do Município para ajudar a clarificar a metodologia de leitura do documento e propor como agir em função dos resultados obtidos; -----

7.º – Para facilitar a cobrança por cada uma das frações por parte da Administração do Aldeamento a Câmara entrega cópia do tarifário em vigor na autarquia, ficando com o ónus de em janeiro de cada ano, mediante carta registada com aviso de receção remeter o novo tarifário a vigorar nesse ano; -----

8.º – Para que não persistam quaisquer dúvidas sobre o regular funcionamento do Contador Totalizador proceder à sua substituição por um novo sem qualquer tipo de uso prévio, com o mesmo calibre do existente. -----

9.º – Determinar aos Serviços que, o ora deliberado, deverá ser comunicado quer à Administração do Aldeamento, quer aos proprietários de frações com contrato de abastecimento de água com a autarquia, no mais curto espaço de tempo possível, para a 01 de dezembro a nova forma de atuação ser conhecida de todos os envolvidos. ----

8. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - ANO LETIVO 2021/2022. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2021, do Serviço de Ação Educativa, cujo teor se transcreve: -----

“Após o período regular de candidaturas, que decorreu no mês de outubro, foram rececionados 2 pedidos extemporâneos para Atribuição de Bolsas de Estudo, para o ano letivo 2021/2022, fundamentados pelos motivos constantes nos requerimentos, em anexo. -----

O Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para Cursos do Ensino Superior não faz referência quanto à apresentação de candidaturas extemporâneas, porém ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 9.º desse Regulamento, tratando-se de uma situação omissa, poderá ser resolvida pela Câmara Municipal.” -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e de acordo com o art. 9.º, n.º 1 e n.º 6, do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para Cursos do Ensino Superior, no domínio da Ação Social Escolar - atribuição de auxílios económicos a estudantes - Bolsa de Estudo deliberou aceitar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

9. FIXAÇÃO DE PREÇO DO LIVRO “CUBA CANTE, TABERNAS E TALHAS”. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 8/2021, do Serviço de Ação Cultural, Turismo e Património Histórico, cujo teor se transcreve: -----

No âmbito da publicação do livro “Cuba Cante, Tabernas e Talhas”, promovido pela Câmara Municipal de Cuba para dar a conhecer a Catedral do Cante através da alma do povo que se expressa pelo cante alentejano. -----

Propõe-se que a Câmara Municipal ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela e) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o n.º 1 do art.º 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, que estipule em € 20,00, o preço de venda do livro “Cuba Cante, Tabernas e Talhas”, da autoria de Ana Baião. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a, Presidente da Câmara, ao abrigo da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter o presente assunto para ser deliberado pelo órgão executivo na sua próxima reunião ordinária. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou fixar em € 20,00, o preço de venda do livro "Cuba Cante, Tabernas e Talhas", da autoria de Ana Baião. -----

10. COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMBAL: ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CUBA QUE INTEGRARÃO AQUELE ÓRGÃO – ENVIO DO ASSUNTO PARA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 53/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo teor adiante se transcreve: ----- "

A exemplo do que aconteceu com a Assembleia Intermunicipal da AMCAL, com a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos para o quadriénio 2021/2025, no passado dia 08 de outubro, a representação externa do Município de Cuba, nos órgãos em que os lugares não são logo ocupados pela mera inerência de funções, precisa ser atualizada. É desta vez o caso da CIMBAL (Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo). -----

A CIMBAL é constituída por quatro órgãos, a saber: -----

a) - Assembleia Intermunicipal; -----

b) - Conselho Intermunicipal; -----

c) - Secretariado Executivo Intermunicipal; -----

d) - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. -----

É pois sobre a Assembleia Intermunicipal da CIMBAL, que versa a presente informação, cujos estatutos, conforme cópia anexa, vide doc. n.º 1, determinam nos seus artigos 13.º e 14.º, o seguinte: -----

Da Assembleia Intermunicipal

Artigo 13.º

Constituição e Funcionamento

1 - A Assembleia Intermunicipal é constituída por membros de cada Assembleia Municipal, eleitos de forma proporcional, nos seguintes termos:

a) Dois nos Municípios até 10.000 eleitores;

b) Quatro nos Municípios entre 10.001 e 50.000 eleitores.

2 - A eleição ocorre, em cada Assembleia Municipal, pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior e que devem apresentar, pelo menos, um suplente.

3 - Os mandatos são atribuídos, em cada Assembleia Municipal, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.

4 - A assembleia Intermunicipal reúne ordinariamente duas vezes por ano, sendo a primeira destinada à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior e a segunda à apreciação e votação das opções do plano e do orçamento para o ano seguinte.

5 - A Assembleia Intermunicipal pode ainda reunir -se em sessões extraordinárias por iniciativa da respetiva mesa ou quando requeridas:

a) Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal;

b) Pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, em execução de deliberação deste;

c) Por um terço dos seus membros.

Artigo 14.º

Competências

Compete à Assembleia Intermunicipal:

a) Eleger a Mesa da Assembleia Intermunicipal;

b) Aprovar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, as opções do plano, o orçamento e as suas revisões, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

c) Eleger, sob proposta do Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal;

d) Aprovar o seu regimento e os regulamentos, designadamente de organização e funcionamento;

e) Designar sob proposta do Conselho Intermunicipal, o auditor externo que verificará as contas anuais da CIMBAL, nos termos previstos na lei;

f) Autorizar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, a contratação de empréstimos nos termos da lei;

g) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelos estatutos ou pelo regimento;

h) Aprovar moções de censura ao Secretariado Executivo Intermunicipal.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a.1) – Tomar conhecimento da presente informação e proceder à sua remessa para a Assembleia Municipal ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

a.2) – Propor àquele órgão que proceda à eleição dos dois membros, de entre deputados eleitos diretamente, que terão assento na Assembleia Intermunicipal da CIMBAL; -----

a.3) – Informar a Assembleia Municipal que a eleição deve ser efetuada em cumprimento do disposto nos números 2 e 3 do art.º 13.º dos Estatutos da CIMBAL”.

**11. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CUBA.
DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA QUE TERÃO ASSENTO NO ÓRGÃO.
COMUNICAÇÃO FORMAL À DIREÇÃO DO AGRUPAMENTO.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 55/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo teor adiante se transcreve: -----

“A exemplo do que aconteceu com a Assembleia Intermunicipal da AMCAL, com a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos para o quadriénio 2021/2025, no passado dia 08 de outubro, a representação externa do Município de Cuba, nos órgãos em que os lugares não são logo ocupados pela mera inerência de funções, precisa ser atualizada. É desta vez o caso do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Cuba.

Para melhor assimilar a questão importará trazer à colação o Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Dec. Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Dec. Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, onde no art.º 10.º o legislador estipulou o seguinte: -----

Regime de administração e gestão

Artigo 10.º

Administração e gestão

1 - A administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas é assegurada por órgãos próprios, aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e objetivos referidos nos artigos 3.º e 4.º do presente decreto-lei.

2 - São órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas os seguintes:

- a) O conselho geral;
- b) O diretor;
- c) O conselho pedagógico;
- d) O conselho administrativo.

É pois sobre o Conselho geral que versa a presente informação. E sobre este órgão dispõe o art.º 11.º e 12.º do mesmo diploma o seguinte: -----

Conselho geral

Artigo 11.º

Conselho geral

1 - O conselho geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a articulação com o município faz-se ainda através das câmaras municipais no respeito pelas competências dos conselhos municipais de educação, estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

Artigo 12.º

Composição

1 - O número de elementos que compõem o conselho geral é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno, devendo ser um número ímpar não superior a 21.

2 - Na composição do conselho geral tem de estar salvaguardada a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local.

3 — Para os efeitos previstos no número anterior, considera-se pessoal docente os docentes de carreira com vínculo contratual com o Ministério da Educação e Ciência.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 9, os membros da direção, os coordenadores de escolas ou de estabelecimentos de educação pré-escolar, bem como os docentes que assegurem funções de assessoria da direção, nos termos previstos no artigo 30.º, não podem ser membros do conselho geral.

5 - O número de representantes do pessoal docente e não docente, no seu conjunto, não pode ser superior a 50 % da totalidade dos membros do conselho geral.

6 - A representação dos discentes é assegurada por alunos maiores de 16 anos de idade.

7 - Nos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas onde não haja lugar à representação dos alunos, nos termos do número anterior, o regulamento interno pode prever a participação de representantes dos alunos, sem direito a voto, nomeadamente através das respetivas associações de estudantes.

8 - Além de representantes dos municípios, o conselho geral integra representantes da comunidade local, designadamente de instituições, organizações e atividades de carácter económico, social, cultural e científico.

9 - O diretor participa nas reuniões do conselho geral, sem direito a voto.

São competências deste órgão as matérias elencadas no art.º 13.º, a saber: -----

Artigo 13.º

Competências

1 - Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, ao conselho geral compete:

- a) Eleger o respetivo presidente, de entre os seus membros, à exceção dos representantes dos alunos;*
- b) Eleger o diretor, nos termos dos artigos 21.º a 23.º do presente decreto-lei;*
- c) Aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;*
- d) Aprovar o regulamento interno do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;*
- e) Aprovar os planos anual e plurianual de atividades;*
- f) Apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de atividades;*
- g) Aprovar as propostas de contratos de autonomia;*
- h) Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;*
- i) Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo diretor, das atividades no domínio da ação social escolar;*
- j) Aprovar o relatório de contas de gerência;*
- k) Apreciar os resultados do processo de autoavaliação;*
- l) Pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;*
- m) Acompanhar a ação dos demais órgãos de administração e gestão;*
- n) Promover o relacionamento com a comunidade educativa;*
- o) Definir os critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas;*
- p) Dirigir recomendações aos restantes órgãos, tendo em vista o desenvolvimento do projeto educativo e o cumprimento do plano anual de atividades;*
- q) Participar, nos termos definidos em diploma próprio, no processo de avaliação do desempenho do diretor;*
- r) Decidir os recursos que lhe são dirigidos; s) Aprovar o mapa de férias do diretor.*

2 — O presidente é eleito por maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efetividade de funções.

Sobre a representação do Município no Conselho Geral importa aferir o que dispõe o n.º 4 do art.º 14.º do diploma em análise: -----

Artigo 14.º

Designação de representantes

...

4 - Os representantes do município são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.

...

Ora, para que vejamos a aplicação prática do diploma ao Agrupamento de Escolas de Cuba e ao Município de Cuba, temos que lançar mão do Regimento Interno do Conselho Geral do AE Cuba, cuja cópia anexamos. Vide doc. n.º 1

Vejamos então o art.º 2.º do Regulamento Interno, que determina: -----

Artigo 2.º

Composição

1. O Conselho Geral é composto por representantes do pessoal docente, do pessoal não docente, dos pais e encarregados de educação, da autarquia e da comunidade local.

2. O Conselho Geral é constituído por:

- a) Quatro representantes do pessoal docente;
- b) Dois representantes do pessoal não docente;
- c) Três representantes dos pais e encarregados de educação;
- d) Dois representantes da autarquia;
- e) Dois representantes da comunidade local.

3. O Diretor participa nas reuniões do Conselho Geral sem direito a voto.

4. Sempre que se justifique, podem ser convidados a integrar os trabalhos do Conselho Geral, sem direito a voto, outras entidades do meio envolvente, por deliberação da maioria simples dos membros do órgão presentes na reunião que apenas estarão presentes na parte da reunião que diga respeito ao ponto da ordem de trabalhos que justifica a sua presença.

5. A identificação dos membros que compõem o Conselho Geral consta no anexo I a este Regimento.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º – Ao abrigo do n.º 2 do art.º 12.º do Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré - escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Dec. Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Dec. Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, devidamente articulado com o n.º 4 do art.º 14.º do mesmo diploma, bem como como o art.º 2.º n.º 2 alínea d) do Regulamento Interno do conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Cuba, designar como representantes do Município que terão assento no CG da AE Cuba a vereadora Sandra Serrano que tem o pelouro da educação e Dr.ª Cristina Candeias, técnica superior na área da educação. ----

1.1.º - Dessa designação dar conhecimento ao Diretor do Agrupamento. -----

12. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA DATA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DEFINITIVO DE LOTE DO PARQUE EMPRESARIAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 72/2021, do SAJAI, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Vem a Arte Tradicional – Calçados, Unipessoal, Lda, representada por Mário João Cardoso Grilo, na qualidade de promitente-compradora dos Lotes 21 e 22 do Parque Empresarial “Quinta da Graciosa”, solicitar que lhe seja permitida a celebração antecipada do contrato definitivo de compra e venda desses imóveis, porquanto necessita de ser titular das respetivas propriedades para efeitos de empréstimo bancário, imprescindível para a realização da obra. -----

Mais solicita a revisão do clausulado contratual no sentido de dar preferência à entidade bancária na graduação dos créditos/direito de preferência. -----

Quid jûris? -----

Estatui o n.º 7 do art.º 14.º do Regulamento de Alienação de Lotes do Parque Empresarial “Quinta da Graciosa”, que *“Excecionalmente pode a escritura de compra e venda definitiva ser realizada antecipadamente ao prazo referido em 1 (“A escritura definitiva de compra e venda será celebrada no prazo máximo de 30 dias contados da data do deferimento da atribuição da licença de utilização”), quando a titularidade da propriedade do imóvel objeto de venda seja fundamentada e comprovadamente exigida por entidade externa e a Câmara Municipal o aceite”*. -----

Nesta conformidade, constatando-se a exigência que as instituições bancárias fazem relativamente à propriedade dos imóveis, para os quais são celebrados contratos de mútuo, e para efeitos de constituição de hipoteca sobre os mesmos, pode a Câmara Municipal deliberar antecipar a realização do contrato de definitivo de venda dos Lotes 21 e 22. -----

No que se reporta à segunda parte do pedido - revisão do clausulado contratual no sentido de dar preferência à entidade bancária na graduação dos créditos/direito de preferência. -----

Para podermos dar resposta a esta questão temos de chamar à colação o disposto no Regulamento de Alienação de Lotes do Parque Empresarial “Quinta da Graciosa”, que regula a venda dos lotes em referência. -----

Assim, no que se reporta à constituição de hipotecas sobre os lotes deste parque empresarial o regulamento é omissivo, não obstante do n.º 7 do seu 14.º permite-se a antecipação da realização do contrato definitivo de venda quando entidades externas fundamentada e comprovadamente exijam a titularidade do prédio para efeito de determinados atos ou contratos. -----

É o que tem acontecido quando os adquirentes de lotes recorrem ao crédito e em que as instituições financeiras exigem que sobre o prédio para cujo investimento é requerido esse mútuo seja constituída uma hipoteca (*"A hipoteca confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro, com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo"* – definição constante do n.º 1 do art.º 686.º do Código Civil). -----

A Câmara Municipal tem, em situações semelhantes de outros lotes do Parque Empresarial alienados, autorizado a constituição de hipotecas sobre esses imóveis. ----

Por seu turno, o n.º 1 do art.º 17.º do regulamento estipula que *"Até dez anos após a celebração da escritura definitiva de compra e venda, o/a adquirente não pode ceder a sua posição contratual, exceto se a Câmara Municipal de Cuba assim o autorizar, por escrito, e apenas na eventualidade de entender não exercer o direito de preferência"* – trata-se de um ónus de inalienabilidade pelo prazo de 10 anos. Em sentido idêntico estipula o n.º 1 do art.º 24.º (*"Câmara Municipal goza do direito de preferência na alienação a qualquer título do lote ou das construções nele implantadas, pelo prazo de dez anos a contar da data da assinatura do contrato de compra e venda definitivo"*). Significa isto que em caso de alienação do imóvel, qualquer que seja a sua natureza, no decurso do prazo de 10 anos após a celebração da escritura/contrato definitivo, o Município terá direito de preferência, podendo exercê-lo ou não. -----

Por outro lado, estatui o art.º 23.º o direito de reversão ao estipular que *"Findos os prazos fixados nas diversas alíneas do n.º 3 do artigo anterior, o lote e as construções nele implantadas, reverterão para a titularidade da Câmara Municipal da Cuba, sem direito a qualquer indemnização, perdendo ainda o/a adquirente o valor correspondente à entrega efetuada a título de sinal"*. -----

Atendendo ao princípio da prioridade do registo consagrado no n.º 1 do art.º 6.º do Código do Registo Predial (*"O direito inscrito em primeiro lugar prevalece sobre os que se lhe seguirem relativamente aos mesmos bens, por ordem da data dos registos e, dentro da mesma data, pela ordem temporal das apresentações correspondentes"*), sendo o ónus de inalienabilidade, o direito de preferência e o direito de reversão registados em primeiro lugar, prevalecerão sobre o registo da hipoteca. É por esta razão que aparece o pedido *sub judice*. -----

Mas a hipoteca não desaparece caso seja exercido algum daqueles direitos, porque ela incide única e exclusivamente sobre o bem, independentemente de quem seja o seu titular e só se extingue nas condições previstas no art.º 730.º do Código Civil (*"A hipoteca extingue-se: a) Pela extinção da obrigação a que serve de garantia; b) Por prescrição, a favor de terceiro adquirente do prédio hipotecado, decorridos vinte anos sobre o registo da aquisição e cinco sobre o vencimento da obrigação; c) Pelo perecimento da coisa hipotecada, sem prejuízo do disposto nos artigos 692.º e 701.º; d) Pela renúncia do credor"*), e, caso o município opte por exercê-los, estará a (re)adquirir um bem que, agora, se encontra onerado com uma hipoteca. -----

Consequentemente, só se descortinam duas hipóteses de solução: -----

1.ª Não aceitação do pedido, caso em que, certamente, o requerente não obterá o crédito de que necessita; -----

2.ª Aceitação do pedido, prescindindo o Município dos seus direitos de inalienabilidade, de preferência e de reversão. -----

Ao prescindir dos referidos direitos, as garantias de que o requerente cumpra o contrato na íntegra ficam fragilizadas, mas negar tal poderá inviabilizar o investimento pretendido e que esteve na origem da alienação dos lotes. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª Sr. Presidente, ao abrigo da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o órgão executivo sobre ele delibere. "

A Câmara, por unanimidade, à semelhança do que já fez em processos anteriores, deliberou atender a pretensão da requerente permitindo a celebração do contrato desde já e legitimando a Caixa de Crédito Agrícola como primeira beneficiária dos privilégios creditórios. -----

13. VANDA MATA PINTOS. RESCISÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO COMERCIAL – BAR DA MATA. -----

Vem a Sr.ª D. Vanda Mata Pintos, na qualidade de arrendatária do estabelecimento de restauração/bebidas sito no Parque Manuel de Castro (vulgo Bar da Mata), em Cuba, comunicar a sua intenção de rescisão do respetivo contrato de arrendamento comercial, porque por não ter capacidade de suportar as despesas teve que encerrar no passado dia 16 de outubro. -----

Quid juris? -----

De harmonia com o disposto no art.º 1079.º do Código Civil (doravante CC), “o arrendamento urbano cessa por acordo das partes, resolução caducidade, denúncia ou outras causas previstas na lei”. -----

No caso concreto, perante a pretensão da arrendatária, estamos perante uma forma de cessação do arrendamento por acordo das partes. -----

Nesta conformidade, e nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 1082.º do CC, “as partes podem, a todo o tempo, revogar o contrato, mediante acordo a tanto dirigido”.

Este acordo é celebrado por escrito, nos termos do n.º 2 deste artigo. -----

Em anexo junta-se uma proposta de acordo de revogação. -----

Mais se informa que a arrendatária tem rendas em atraso, no valor de € 3.419,99, conforme documento que se junta. -----

Em 11/11/2020, foi autorizado pela Câmara Municipal o pagamento em prestações de € 100 cada uma das rendas que a arrendatária tinha em dívida relativamente ao estabelecimento supra identificado e que à altura tinham o valor de € 3.800,70. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, ao abrigo da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal sobre ele se pronuncie na sua próxima reunião ordinária. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aceitar a revogação do contrato por acordo das partes, sem prejuízo de existência da dívida que, em caso de incumprimento, transitará para execução fiscal. -----

14. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO. APOIO PARA REFEIÇÕES ANO LETIVO 2021/2022. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. -----

Cumpre-me informar o seguinte: -----

Foram apresentados 2 pedidos para o apoio em epígrafe, para uma aluna de Pré-escolar no polo de Vila Ruiva e para um aluno de 1.º ciclo na Escola Básica Fialho de Almeida – Cuba. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo ao motivo apresentado (atribuição de escalão do Abono na sequência da atualização de rendimentos do agregado familiar). -----

São alunos pertencentes ao mesmo agregado familiar, que por sua vez está integrado no 1.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família, e cumprem os requisitos para a comparticipação da Câmara conforme quadro, em anexo. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (de acordo com o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2021/2022) tem um valor estimado de 540,96€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2021/2022 o valor estimado será de 63,84€. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada na respetiva pasta no Serviço de Educação. -----

A Câmara, por unanimidade, o âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar – Pré-escolar e 1.º ciclo, no que respeita a alimentação a estudantes, para ano letivo 2021/2022, deliberou aceitar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

15. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI PELO MUNICÍPIO DE CUBA - 1 VAGA – ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS. -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara, que é intenção desta autarquia, apresentar uma candidatura CEI no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área de Serviços Gerais. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada à candidatura: -----

Valores globais 2021: -----

- 1) 1.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 1 mês.....87,76 €
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 1 mês100,17 €
1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 100,00 €
Total :287,93 €

2) Atendendo ao facto que neste tipo de programa não existe comparticipação de valores por parte do IEFP, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

- 3.1 Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 1 mês87,76 €
3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 1 mês100,17 €
3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 100,00 €
Total a cargo da entidade287,93 €

Valores globais 2022: -----

- 1) 1.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 11 meses965,36 €
1.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 11 meses1.154,34 €
Total :2.119,70 €

2) Atendendo ao facto que neste tipo de programa não existe comparticipação de valores por parte do IEFP, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

- 2.1 - Bolsa mensal: 87,76 € x 1 pessoa x 11 meses965,36 €
2.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 1 pessoa x 11 meses1.154,34 €
Total a cargo da entidade2.119,70 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a referida candidatura, bem como a aprovar a despesa a ela associada, sendo que no ano 2021 o valor a considerar é de 287,93 € cada, e no ano 2022 é de 2.119,70 € cada. -----

16. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, NO VALOR DE € 300.000,00, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 75/2021, do SAJAI, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Considerando que se encontram em curso diversas empreitadas, cujos custos associados às despesas correntes implicam um enorme esforço financeiro do Município para, atempadamente, poder suportar todos os seus encargos. -----

Esta situação causa alguns constrangimentos de tesouraria quando se quer cumprir os compromissos assumidos e as receitas próprias e os fundos disponíveis não são suficientes para o efeito. -----

Daí que seja imperativo o recurso ao crédito a curto prazo. -----

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), na sua redação atual, estabelece no n.º 1 do art.º 50.º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria. Este diploma legal reforça o caráter de antecipação de receitas próprias municipais que está associado a estes financiamentos, determinando a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que são contratados. -----

Nesta conformidade, poderá o órgão executivo aprovar a abertura de procedimento para contratação de um empréstimo de curto prazo, no valor de € 300.000,00, para fazer face a dificuldades de tesouraria, durante o ano de 2022. -----

Dando cumprimento ao disposto no n.º 5 do art.º 49.º da citada lei, proponho que sejam consultadas as seguintes instituições de crédito: -----

a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.; -----

b) Banco Santander Totta, S.A.; -----

c) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL. -----

Mais proponho a aprovação do respetivo ofício-convite, que se anexa, e que a Comissão de Acompanhamento do Procedimento seja constituída pelos seguintes membros: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF e Vítor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS. -----

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior do SAJAI e Vítor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior do GEP. -----

Mais se propõe que o Presidente, nas suas faltas e impedimentos, seja substituído pela vogal Cármen Estrela.” -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou:

1. Aprovar a abertura de procedimento para contratação de um empréstimo de curto prazo, no valor de € 300.000,00, para fazer face a dificuldades de tesouraria, durante o ano de 2022, consultando para o efeito as seguintes instituições de crédito: -----

a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.; -----

b) Banco Santander Totta, S.A.; -----

c) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL. -----

2. Aprovar o respetivo ofício-convite, que se anexa; -----

3. Aprovar a composição da Comissão de Acompanhamento do Procedimento será constituída pelos seguintes membros: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF e Vítor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS. -----

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior do SAJAI e Vítor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior do GEP. -----

O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pela vogal Cármen Estrela. -----

4. Remeter o assunto para aprovação por parte a Assembleia Municipal. -----

17. CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS CONNECT. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 74/2021, do SAJAI, cujo conteúdo adiante se transcreve: -----

“Foi-nos apresentada, no passado dia 19/11/2021, a Central Nacional de Compras Municipais – CONNECT, conforme documento que se junta. -----

Trata-se de uma central de compras criada pela Municípiã, S.A. (Sociedade Anónima de capital pertencente à Administração Pública Local, tendo 153 Municípios como acionistas), que visa colocar à disposição dos Municípios bens e serviços desburocratizando o CCP, uma vez que todos os Produtos e Serviços disponibilizados:

a) São adquiridos por Ajuste Direto independentemente do valor ou “histórico” de compras, em virtude de na sua origem estar um Concurso Público Internacional, que

selecionou um fornecedor cumprindo com o disposto no CCP, garantindo a poupança, transparência e concorrência; -----

b) Toda a consultoria e documentação procedimental para a aquisição é fornecida pela CONNECT, sem qualquer encargo. -----

Ficam assim garantidos, mesmo nos produtos e serviços mais complexos, a simplificação, a rapidez, a transparência, a previsibilidade e a poupança, pois todos os valores indicados são preços máximos ou descontos mínimos. -----

Para usufruir das vantagens da central de compras CONNECT basta ser um aderente. ---

A adesão: -----

1) Não constitui encargo ou vínculo; -----

2) É gratuita; -----

3) Não tem obrigatoriedade de compras; -----

4) Não tem “fee’s” (quotas) mensais/anuais; -----

5) Não tem fidelização. -----

Atenta a natureza da central de compras apresentada, considera-se que a adesão à mesma pode ser uma mais valia para o Município, uma vez que terá à sua disposição uma panóplia de bens e serviços cujos preços máximos ou descontos mínimos já se encontram fixados, com hipóteses de alcançar valores mais vantajosos nas suas aquisições, através de um procedimento mais simples – ajuste direto (pois os fornecedores/prestadores de services já foram previamente selecionados mediante concurso publico internacional lançado para o efeito) mas sempre ao abrigo das regras do CCP. -----

À semelhança das adesões que fizemos com a central de compras do Estado – ESPAP – e com a central de compras da CIMBAL, proponho a adesão também a esta central de compras. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a, ao abrigo da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, na sua redação atual, deve o presente assunto ser remetido para que o órgão executive sobre ele delibere: -----

1) Integrar, sem carácter vinculativo de aquisição, sem qualquer custo de adesão ou manutenção, em conjunto com outros Organismos Públicos da Administração Local e com a empresa municipal Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A, a Central de Compras denominada Central Nacional de Compras

Municipais, e habilitando a mesma a iniciar procedimentos concursais e celebrar acordos-quadro com vista a disciplinar relações contratuais futuras pelas entidades aderentes, bem como a fazer convites ao abrigo dos acordos-quadro por si assinados, conforme contrato de adesão anexo; -----

2) Autorizar a Município a gerir, com carácter exclusivo, a Central de Compras CNCM, atento o estudo de viabilidade constante do anexo II; -----

3) Aprovar o Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras CNCM, constante do anexo I; -----

4) Aprovar o Portal informativo criado pela Município em www.centralconnect.pt. -----

18. CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUBA PARA O NORMAL FUNCIONAMENTO DA AMCAL (ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DOS ALENTEJO CENTRAL). DELIBERAÇÃO TOMADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMCAL. NECESSIDADE DE SUBMISSÃO DO ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 56/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Foi-nos presente, para enquadramento, o valor mensal que cabe ao Município de Cuba no âmbito da comparticipação devida como associado da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, documento que se anexa à presente informação – Vide doc. n.º 1. -----

Quid júris? -----

De harmonia com o disposto no n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos da AMCAL “São obrigações dos municípios associados contribuir com a quota de funcionamento a definir anualmente pela Assembleia Intermunicipal (...)”. -----

Por seu turno a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos estabelece que “É da exclusiva competência da AI (...) fixar anualmente as contribuições dos associados, as quais carecem, contudo, do acordo expresso das assembleias municipais dos municípios em causa”. -----

Desta forma foi aprovada pela Assembleia Intermunicipal da AMCAL a quota mensal de € 1.800 (mil e oitocentos euros), devida por cada município associado. -----

Cabe ao Município de Cuba, para o corrente ano, uma comparticipação total anual de € 21.600,00 (vinte e um mil se seiscentos euros). -----

Esta comparticipação tem um acréscimo em relação ao ano transato de 50€ mensais, logo 600€ anuais. -----

Aproveitou o ensejo a AMCAL para nos informar dos preços e tarifas que irá praticar em 2022, cabendo à Câmara apenas tomar conhecimento dos mesmos visto tratar-se de matérias da competência exclusiva da Associação de Municípios. Vide doc. n.º 2 -----
A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei (*“Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta”*), conjugada com a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos da AMCAL, o submeta a deliberação pela Assembleia Municipal visando a aprovação do valor anual de 21.600,00 € (vinte e um mil se seiscentos euros), dividido em duodécimos de 1.800 € cada; -----

2.º - Determinar aos Serviços financeiros que proceda que a verba acima referida seja cabimentada e comprometida, nos termos exigidos pela Lei n.º 8/2012, de 21/02, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, ambos nas suas redações atuais; -----

3.º - Tomar conhecimento dos preços e tarifas a praticar pela AMCAL no ano de 2022, no âmbito das suas atribuições e competências. -----

19. VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E SEGURANÇA.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 132/2021, do Serviço de Urbanismo, cujo teor se transcreve: -----

Na sequência da vistoria efetuada à habitação situada na Rua Miguel Bombarda n.º 36 em Cuba, foi agendada vistoria ao prédio contíguo, sito na Rua Miguel Bombarda n.º 34 em Cuba, para 21/10/2021 às 10:30, “of. 3408”, à qual o munícipe notificado não compareceu. -----

No entanto foi possível verificar da via pública, que parte da cobertura do edifício 34 colapsou, zona essa confinante com o foco de humidade no 36. -----

Por esse facto, e atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redacção atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, em articulação com o disposto no n.º 8 do artigo 90.º do mesmo diploma, a cobertura do n.º 34, deverá ser intervencionada de forma a garantir no mínimo a reposição das áreas que ruíram, sem prejuízo do proprietário poder

considerar a realização de trabalhos de consolidação ou de remodelação mais profundos, para não agravar consequências nos prédios contíguos. -----

De acordo com o exposto, sugerimos um prazo de 60 dias para realização dos trabalhos enunciados. -----

Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º do RJUE, com as devidas adaptações. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar ao proprietário a realização das obras preconizadas na presente informação concedendo para o efeito um prazo de 60 dias. -----

20. INVIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 73/2021, do SAJAI, cujo teor se transcreve: --

“Foi-nos solicitado, pelo Chefe da UAOU, Dr. André Linhas Roxas o enquadramento jurídico relativamente a uma vistoria que não foi realizada por impossibilidade de entrada no prédio em questão. -----

Este pedido veio no seguimento da informação feita pela Comissão de vistoria, que a seguir se transcreve: “*Vistoria para verificação das condições de salubridade e segurança.* -----

Na sequência do reagendamento, procedemos a nova vistoria da habitação situada na Rua de Beja nº 3 em Cuba, no dia 18/11/2021 às 10:30, de forma a verificar a possível causa das patologias observadas no prédio contíguo sito na Rua Serpa Pinto n.º 46.

A mesma não produziu resultados práticos, uma vez que o proprietário do nº 3 da Rua de Beja, não compareceu. -----

Face ao exposto ficou sem efeito, visto que sem a permissão para o acesso ao interior da habitação, não se poderá tirar nenhuma conclusão”. -----

Quid júris? -----

Antes de mais cumpre-nos fazer o enquadramento da matéria *sub judice*. -----

O direito de propriedade privada é um direito constitucionalmente consagrado no n.º 1 do art.º 62.º da Constituição da República Portuguesa (doravante CRP, aprovada pelo Decreto de 10 de abril de 1976, com as alterações que lhe foram introduzidas –

“A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição”). -----

Sobre os direitos que o proprietário tem sobre as coisas estipula o art.º 1305.º do Código Civil (doravante CC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, na sua redação atual) que *“O proprietário goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas”*. -----

E constituem, designadamente, restrições e limites ao direito de propriedade os consignados no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (doravante RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas), mormente os previstos nos artigos 89.º e 89.º-A. -----

Determina o art.º 89.º: *“1. As edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético. 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução das obras necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou das obras de conservação necessárias à melhoria do arranjo estético. 3. A câmara municipal pode, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas. 4. A notificação dos atos referidos nos números anteriores é acompanhada da indicação dos elementos instrutórios necessários para a execução daquelas obras, incluindo a indicação de medidas urgentes, quando sejam necessárias, bem como o prazo em que os mesmos devem ser submetidos, sob pena de o notificando incorrer em incumprimento do ato, designadamente para os efeitos previstos nos artigos 91.º e 100.º. 5. Os atos referidos nos números anteriores são eficazes a partir da sua notificação ao proprietário, sendo o registo predial da intimação para a execução de obras ou para a demolição promovido oficiosamente*

para efeitos de averbamento, servindo de título para o efeito a certidão passada pelo município competente. 6. O registo referido no número anterior é cancelado através da exibição de certidão emitida pela câmara municipal que ateste a conclusão das obras ou o cumprimento da ordem de demolição, consoante o caso, ou pela junção da autorização de utilização emitida posteriormente". -----

E o art.º 89.º-A: "1. O proprietário não pode, dolosamente, provocar ou agravar uma situação de falta de segurança ou de salubridade, provocar a deterioração do edifício ou prejudicar o seu arranjo estético. 2. Presume-se, salvo prova em contrário, existir violação pelo proprietário do disposto no número anterior nas seguintes situações: a) Quando o edifício, encontrando-se total ou parcialmente devoluto, tenha apenas os vãos do piso superior ou dos pisos superiores desguarnecidos; b) Quando estejam em falta elementos decorativos, nomeadamente cantarias ou revestimento azulejar relevante, em áreas da edificação que não sejam acessíveis pelos transeuntes, sendo patente que tal falta resulta de atuação humana. 3. A proibição constante do n.º 1 é aplicável, além do proprietário, a qualquer pessoa singular ou coletiva". -----

O não cumprimento do dever de conservação que recai sobre o proprietário de um imóvel tem diversas consequências, nomeadamente contraordenacionais (vide alínea t) do n.º 1 do art.º 98.º do RJUE – “Sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, são puníveis como contraordenação (...) A deterioração dolosa da edificação pelo proprietário ou por terceiro ou a violação grave do dever de conservação”, contraordenação esta que é punível com coima graduada de € 500 até ao máximo de € 100 000, no caso de pessoa singular, e de € 1500 até € 250 000, no caso de pessoa coletiva, nos termos do n.º 4 desse artigo), de responsabilidade civil (vide n.º 1 do art.º 492.º do CC – “O proprietário ou possuidor de edifício ou outra obra que ruir, no todo ou em parte, por vício de construção ou defeito de conservação, responde pelos danos causados, salvo se provar que não houve culpa da sua parte ou que, mesmo com a diligência devida, se não teriam evitado os danos”) e até criminais (vide Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, na sua redação atual - art.º 272.º - “1. Quem: a) Provocar incêndio de relevo, nomeadamente pondo fogo a edifício, construção ou meio de transporte; b) Provocar explosão por qualquer forma, nomeadamente mediante utilização de explosivos; c) Libertar gases tóxicos ou asfixiantes; d) Emitir radiações ou libertar substâncias radioativas; e) Provocar

inundação, desprendimento de avalanche, massa de terra ou de pedras; ou f) Provocar desmoronamento ou desabamento de construção; e criar deste modo perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado, é punido com pena de prisão de três a dez anos. 2. Se o perigo referido no número anterior for criado por negligência, o agente é punido com pena de prisão de um a oito anos. 3. Se a conduta referida no n.º 1 for praticada por negligência, o agente é punido com pena de prisão até cinco anos”). -----

E as câmaras municipais no exercício das suas atribuições de autoridade pública têm uma panóplia de competências em matéria de urbanização e edificação, tais como as de controlo prévio, de fiscalização, sancionatórias e de reposição da legalidade urbanística. -----

No caso concreto, no seguimento do pedido de um particular, procurou-se realizar uma vistoria ao abrigo do art.º 90.º do RJUE. Porém, a mesma, apesar de reagendada, não se concretizou porque a Comissão de Vistoria não pôde verificar as condições do prédio eventualmente causador de danos no prédio do requerente porque não conseguiu nele entrar por motivo de ausência do seu proprietário (apesar de devidamente notificado para o efeito). -----

Ora, o Município não tem poderes de, por sua iniciativa e autonomia, entrar em habitação sem consentimento do seu proprietário. Porque o domicílio é inviolável – vide art.º 34.º da CRP – “1. O domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis. 2. A entrada no domicílio dos cidadãos contra a sua vontade só pode ser ordenada pela autoridade judicial competente, nos casos e segundo as formas previstos na lei. (...)”. Sobre esta matéria dispõem os números 3 a 5 do art.º 95.º, aplicável às vistorias por força do n.º 9 do art.º 90.º (“Aplica-se à vistoria o disposto no artigo 95.º, com as devidas adaptações”) – “3. Na inspeção de operações urbanísticas sujeitas a fiscalização nos termos do presente diploma é necessária a obtenção de prévio mandado judicial para a entrada no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento. 4. O mandado previsto no número anterior é requerido pelo presidente da câmara municipal junto dos tribunais administrativos e segue os termos previstos no código do processo nos tribunais administrativos para os processos urgentes. 5. Para as operações urbanísticas em curso, a falta de consentimento decorre de ser vedado o acesso ao local por parte do proprietário, locatário, usufrutuário,

superficiário, ou de quem se arrogue de outros direitos sobre o imóvel, ainda que por intermédio de alguma das demais pessoas mencionadas no n.º 2 do artigo 102.º-B, ou de ser comprovadamente inviabilizado o contacto pessoal com as pessoas antes mencionadas. 6. Para as operações urbanísticas concluídas, a falta de consentimento decorre de o proprietário não facultar o acesso ao local, quando regularmente notificado". -----

A violação do domicílio constitui crime previsto e punível nos termos do n.º 1 do art.º 190.º do CP ("Quem, sem consentimento, se introduzir na habitação de outra pessoa ou nela permanecer depois de intimado a retirar-se é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 240 dias"). -----

O n.º 8 do art.º 90.º do RJUE determina que "As formalidades previstas no presente artigo podem ser preteridas quando exista risco iminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública, nos termos previstos na lei para o estado de necessidade". O estado de necessidade consiste numa causa de exclusão de ilicitude de uma conduta que sacrifique bens ou interesses de terceiro para afastar um perigo atual de lesão de bens ou interesses do autor ou de terceiros que sejam objetivamente superiores aos bens ou interesses sacrificados. Pressupõe um conflito entre titulares de bens jurídicos e interesses, por regra lícitos, o qual é solucionado com a prevalência de um deles por via de um juízo de ponderação, abrange uma dimensão civil e outra penal, sendo regulada no art.º 339º do CC ("é lícita a ação daquele que destruir ou danificar coisa alheia com o fim de remover perigo atual de um dano manifestamente superior, quer do agente, quer de terceiro") e no art.º 34.º do CP ("Não é ilícito o facto praticado como meio adequado para afastar um perigo atual que ameace interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiro, quando se verificarem os seguintes requisitos: a) Não ter sido voluntariamente criada pelo agente a situação de perigo, salvo tratando-se de proteger o interesse de terceiro; b) Haver sensível superioridade do interesse a salvaguardar relativamente ao interesse sacrificado; c) Ser razoável impor ao lesado o sacrifício do seu interesse em atenção à natureza ou ao valor do interesse ameaçado"). -----

Pelo exposto, não tendo sido permitido o acesso ao imóvel objeto da vistoria e, por conseguinte, a mesma não se ter realizado, nem verificando que se trata de uma situação de risco iminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde humana,

só através da instauração de um procedimento cautelar especial para emissão de mandado judicial de entrada em domicílio é que se poderá efetivar a vistoria ao local.

Mas este trata-se de um processo que, apesar de urgente, poderá demorar algum tempo e acarreta custos para o Município. -----

Nesta conformidade deve V. Ex.^a Sr. Presidente da Câmara, no âmbito da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o órgão executivo sobre ele se pronuncie. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou instaurar um procedimento cautelar especial para emissão de mandado judicial de entrada no domicílio de forma a permitir efetivar a vistoria ao local. -----

21. AUTO DE VISTORIA PARA RECEÇÃO DEFINITIVA DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 01/07, CUJO PROMOTOR É A SR.^a FERNANDA FRANCISCA PEREIRA. -----

Aos doze dias do mês de novembro de 2021, ao abrigo das disposições insertas nos n.º(s) 1,2, 3 e 5 do art.º 87.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de Setembro, na sua redação atual, reuniu na própria urbanização, sita nas Courelas da Igreja, em Cuba, a comissão constituída para a realização do ato procedimental que visou aferir das condições das infra-estruturas da operação do loteamento para que a Câmara Municipal de Cuba pudesse através dos seus órgãos próprias proceder à receção definitiva desta infraestrutura. -----

A comissão foi composta por representantes da Câmara Municipal de Cuba, a saber: Carlos Daroeira, Técnico Superior – Eng.º Civil, José Borracha, Técnico Superior – Ambiente/Proteção Civil e Vitor Fialho, Jurista, chefe da UAJDSCS, a quem incumbiu a função de relator, tendo estado em representação da entidade promotora a Sr.^a Fernanda e o seu esposo, Sr.º Marcelino Pereira, que outorgará o presente auto.-----

Por parte dos representantes da Câmara Municipal foi constado que as infra-estruturas estavam em condições de ser recebidas a título definitivo, ressalvando-se apenas que no lote destinado ao comércio e cujo uso transitou para habitação, cabendo ao promotor efetuar tal registo na conservatória, a zona frontal ao edifício a erigir encontra-se em terra batida, pelo que se o proprietário do lote pretender que sejam colocado passeio em material de revestimento caber-lhe-á articular com o promotor a colocação do mesmo, não cabendo qualquer ónus à Câmara nessa execução.-----

Foi ainda abordada entre as partes a questão do pavimento do Parque Infantil, tendo sido apreciado o teor do Dec. Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, diploma que aprovou o Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto, dispondo sobre esta matéria o art.º 25.º, onde o legislador estipulou:

Solo e segurança das superfícies de impacto

Artigo 25.º

Solo e superfícies de impacto

1 - O solo para implantação dos espaços de jogo e recreio deve possuir condições de drenagem adequadas.

2 - As superfícies de impacto devem ser concebidas e instaladas de acordo com requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis.

3 - Nas áreas de queda devem ser colocados materiais de amortecimento de impacto, de acordo com o estipulado nas normas aplicáveis.

Ora do normativo em cima transcrito, resulta o remeter para a EN 1176-1:2017, cuja cópia anexamos, onde se constata a possibilidade legal do pavimento ser em areia.

Assim sendo, e uma vez que o n.º 3 do mesmo art. 87.º determina que “à recepção provisória e definitiva, bem como às respectivas vistorias, é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime aplicável à recepção provisória e definitiva das obras públicas”, o que por força da data do projecto – início de 2008, deveremos levar em consideração que o art. 16.º do Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, remete para o Dec. Lei n.º 59/99, de 02/03.-----

Nestes termos, em sintonia com o disposto no n.º 1 do art. 219.º do Dec. Lei n.º 59/99, de 02 de Março, por consenso entre as partes, fica estipulado que poderá ser feita por quem de direito a recepção definitiva da operação de loteamento, podendo ser libertada o valor da caução ainda pendente/retido. -----

Face ao atrás exposto, e nos termos aqui consignados, a Comissão delibera o seguinte:

1.º - Propor à Câmara Municipal que efectue a recepção definitiva da operação de loteamento a que respeita o presente auto, nas condições e premissas nele exaradas;---

2.º - Propor à Câmara Municipal que liberte a parte da caução ainda retida;-----

3.º - Que a Câmara Municipal determine que a recepção produza efeitos a 12.11.2021, data em que teve lugar o auto de vistoria.-----

Cuba, aos doze dias do mês de novembro de 2021. -----

A comissão: Carlos Filipe Lança Daroeira / José Eduardo Fialho Borracha / Vitor Manuel Parreira Fialho / Marcelino José Pereira. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder em conformidade com a proposta vertida no auto da Comissão de Vistoria. -----

22. IMPORTACO TERRA PORTUGAL, S.A. PEDIDO DE LICENCIAMENTO - LEGALIZAÇÃO DE 2 CASAS DE BOMBAGEM. PRÉDIO RÚSTICO 3-B CUBA. -----

Vem o requerente submeter a licenciamento o projeto de legalização de 2 casas de bombagem, com a área total de construção de 190m² (Casa A- 82.00m², Casa B- 108.00m² + 40.50m² alpendre) erigidos no prédio n.º 3-B da freguesia de Cuba; -----

Já constam do processo os pareceres favoráveis das entidades externas com competências de licenciamento, designadamente a CCDRA e a DGADR; -----

O processo de legalização é regulado pelo artigo 102.º-A do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, devendo assegurar-se a conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, nomeadamente a compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial e demais condicionantes decorrentes da pronúncia favorável das entidades exteriores. Podendo ser dispensada a apresentação de alguns elementos, nos termos do disposto nos n.º4 e 5 do mesmo artigo, deverá ser entregue termo de responsabilidade relativo ao cumprimento das normas aplicáveis à estrutura dos dois pavilhões. -----

De acordo com o exposto e atendendo aos pareceres rececionados, aceita-se o pedido de licenciamento nos termos definidos nas peças escritas e desenhadas. -----

Salvo melhor opinião, pode o pedido de legalização obter deferimento. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o projeto de legalização nos termos propostos na presente informação. -----

23. SHUFEN SUN. PROCESSO N.º 21/2021. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM. RUA DA HORTA DO BICHO N.º 2, EM CUBA. LICENCIAMENTO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou o licenciamento da

obra de construção de um armazém em zona de urbanização programada (UOP4), de acordo com o Plano de Urbanização (PUC), na morada supra referida . -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

